

AJ06809



A Polícia continua no local, "acompanhando os acontecimentos"

Invasores do Romão criam Comissão e pedem providências

Os ocupantes do terreno entre os morros do Romão e do Cruzamento continuavam ontem sem saber o que fazer, temendo perder os barracos já construídos. Aproximadamente às 16 horas, embora com o atropelo de uma reunião onde foram distribuídas filipetas de candidatos do PMDB, foi formada uma Comissão de Moradores para encaminhar um abaixo-assinado pedindo providências ao governador do Estado no sentido de que possam permanecer no local ou que lhes seja dados lotes.

Três viaturas da Polícia Militar continuavam ontem guarnecendo o local. Segundo afirmou Antônio Pereira Neto, os policiais estão guarnecendo a área da família Monjardim. O oficial que comandava o destacamento disse não ter recebido ordem para reintegrar a posse, e sim que estava ali para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Disse ignorar ordem para interditar a área, como havia afirmado um colega seu na semana passada.

BARRACOS

Durante o domingo as viaturas policiais não puderam subir o morro devido às chuvas. Então, alguns barracos foram levantados. São poucos os que estão em condições de abrigar pessoas. A maioria das habitações são precaríssimas, verdadeiras choupanas, que não dão a menor segurança aos moradores. Ontem, com a presença da PM, nenhum novo barraco pode ser levantado.

Os perigos a que são submetidos os moradores são muitos. Ontem, morreu uma segunda pessoa mordida por cobra, pois segundo relatos dos moradores, a região é infestada por surucucus e jararacucus, duas espécies extremamente venenosas. O primeiro a ser mordido e a morrer foi um rapaz da Serra, que caçava um saruê.

O maior temor dos moradores, contudo, é o de que sejam obrigados a deixar o local, e com isto perder a oportunidade de ter os seus terrenos. A maioria paga aluguel e ganha salário mínimo. Ontem, durante a reunião com os candidatos do PMDB, foi definida uma Comissão de 20 moradores. As providências da Comissão deverão ser encaminhadas a partir de hoje.

Valdete Maria Alves de Souza informou que eles têm condições de encaminhar prontamente um abaixo-assinado ao governador Eurico Rezende, pedindo que lhes seja garantida a posse do terreno. O clima, à tarde, era de expectativa, pois estava prevista a chegada de "um deputado e um advogado".

Pouco depois, o deputado Nelson Aguiar e dois outros candidatos do PMDB informaram que iriam requerer uma certidão vintenária da área para saber se ela tem ou não dono. Ele explicou, didaticamente, a questão da propriedade — que favorece até mesmo aqueles que não têm posse do terreno, e disse que isto é injusto, mas que a Justiça acata pedido de quem é dono para não deixar os posseiros ocupar.

Disse que "se não houver dono aqui, então vou ser contra qualquer um que queira expulsar vocês. Se vocês estivessem ocupando os barracos, então caberia requerer o interdito proibitório para garantir a posse até que a questão fosse decidida".

O deputado deu alguns conselhos, enquanto sua assessoria distribuía os panfletos eleitorais de candidatos do seu partido. Segundo o deputado, os moradores não devem enfrentar a Polícia porque "se eles chegarem com um papel do juiz, até o deputado pode ser preso. Mas não estamos aqui para aceitar a violência", discursava o deputado.

Uma outra sugestão, prontamente aceita, foi a de elaborar um abaixo-assinado pedindo ao Governo do Estado que os atenda. Os deputado tachou de "engraçadinho" o vereador do PDS que estimulou a invasão e depois deixou ao abandono os posseiros.

APOIO

Ontem, o presidente da Comissão Justiça e Paz (CJP), Antônio César Penedo, explicou o por que da Comissão de Direito à Moradia não ter atendido aos pedidos dos posseiros para ajudá-los. Uma nota oficial neste sentido foi elaborada na semana passada. Os ocupantes pediram a ajuda da CJP alegando ter sido abandonados pelos políticos que fomentaram a ocupação.

Segundo a CJP, "algumas pessoas que estavam na ocupação nos procuraram, mas ela não estava enquadrada na orientação da CDM (isto é, não estava consumada ou sob ameaça de repressão) para que atuássemos. A Comissão decidiu não tomar nenhuma iniciativa no sentido de ajudar ocupantes até as eleições, pois já foram feitas muitas tentativas de explorar a ação da Igreja".

Antônio César Penedo informou que "dissemos, em nossa nota, que independente de tudo confiávamos que a Polícia, desta vez, estivesse na área para manter a ordem e não para violentar os ocupantes.